

PREFÁCIO

A pesar de não constituir um número temático, o presente volume da Revista de Ciências Humanas oferece um conjunto de artigos inspirados por uma preocupação em certo modo comum: a de enfrentar as dificuldades para construir uma sociedade mais democrática. Estas dificuldades incluem questões tais como a de uma efetiva participação dos cidadãos nas decisões governamentais, a da conciliação de mudanças de organização política com tradições que definem a identidade dos povos, a relativa às transformações de atitudes e valorações, a referente à incorporação da juventude ao mundo do trabalho, e a de uma vinculação adequada da vida social ao meio ambiente.

O trabalho da professora Maria Antónia Rocha de Fonseca Lopes, da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, analisa as dificuldades para compatibilizar o desenvolvimento social e econômico autônomo daquele país com os conhecimentos e hábitos tradicionais das diferentes etnias que, reprimidos durante o período colonial, reaparecem hoje exigindo reconhecimento. Esse ressurgimento de traços culturais, tais como o culto aos antepassados, coloca um problema especial para a figura do dirigente empresarial, necessitando equilibrar os requerimentos de modernização do país e as pressões do atual sistema econômico mundial, com uma herança cultural ainda poderosa.

Na seqüência, a professora Berenice Alves de Melo Bento, docente da Universidade de Brasília, explora as transformações da subjetividade masculina no Brasil das últimas décadas, com base numa pes-

quisa de campo. Trata-se de compreender a passagem de um modelo de masculinidade que exalta a dureza, a agressividade, a superioridade sobre a mulher, etc., para um outro que permite ao homem a manifestação das emoções, que liberaliza das vestimentas, que estimula a colaboração com o outro sexo, etc. Resultante de uma dissertação de mestrado, o artigo procura entender como os padrões de identidade masculina são vivenciados e questionados neste período de mudanças sociais.

Já o texto da professora Janice Tirelli Ponte de Sousa, do Departamento de Ciências Sociais da UFSC, constitui uma longa análise da situação social da juventude brasileira, das suas dificuldades para integrar-se ao mundo do trabalho, das limitações e fracassos das políticas públicas relativas à formação das novas gerações. Destaca aspectos tais como a exclusão dos jovens, sua desorientação, a freqüente dicotomia estudo-trabalho, e os direitos dos jovens, especialmente o direito a ter uma certa autoridade. Merece destaque o problema da qualidade de vida da juventude, que não pode ser deixada entregue apenas à iniciativa privada (muito menos, dos próprios jovens) e às leis do mercado.

A seguir, Agripa Faria Alexandre, mestrando da UFSC, nos aproxima dos conflitos sócio-ambientais discutidos na esfera jurídico-estatal de Florianópolis durante quase uma década, mostrando as limitações da percepção desses problemas por parte dos atores, bem como das ações do Ministério Público. O autor faz ver que estamos longe de incorporar a idéia de ecodesenvolvimento, que as intervenções jurídicas são ainda pontuais e de preservação, punitivas antes que preventivas e orientadas ao desenvolvimento com justiça, e carentes de conhecimento da complexidade dos fatores em jogo. O estudo revela que os principais problemas surgem da ocupação desordenada do solo, e que apesar dos parâmetros estabelecidos pela Constituição de 1988, não existe ainda uma política que escape aos divergentes interesses em jogo.

O artigo da professora Ilse Scherer-Warren, do Departamento de Ciências Sociais da UFSC, examina a evolução das associações civis institucionalizadas em Florianópolis, de 1964 a 1993. Baseado num levantamento de dados em cartório seguido de análise de séries históricas, o estudo confirma a tendência, já detectada por outros autores, a uma relação entre o crescimento do associativismo civil e a institucionalização da democracia. Em particular, mostra que o tipo de associativismo depende da abertura política do sistema. Especialista em movimentos sociais, a autora analisa como as associações civis evoluíram desde as limitações do

período da repressão (em que se haviam reduzido a associações culturais, esportivas e de lazer), passando pelas oportunidades do período de transição (associações de defesa econômica e profissional, volta dos sindicatos, surgimento dos “novos movimentos sociais”), até o florescimento de associações contestatárias (como a das Diretas-Já) e a consolidação das ONGS no período de normalização democrática.

O penúltimo trabalho deste número, devido ao professor Jean Rossiaud da Universidade de Genebra, nos familiariza com o “movimento dos cidadãos” surgido na Europa nos anos 80 com o intuito de estimular uma integração européia mais democrática. Entre as iniciativas que caracterizam as intenções do movimento estão as “Conferências Inter-cidadãs”, que incentivam o contato entre grupos e a formação de redes, essencial a um movimento que se reivindica como não centralizado. As Conferências propõem-se a construir o próprio movimento e a institucionalizar o papel mediador das organizações de cidadãos entre o Estado e a sociedade civil, tentando influenciar ambos. O objetivo é reconstruir a sociedade civil conforme o ideal de uma democracia realmente participativa, tarefa nada fácil, frisa o autor, face à globalização e às tendências nacional-populistas.

Encerra esta coleção de artigos o exame feito por Vicente Palermo, pesquisador do Conicet (Argentina), das interpretações dos processos políticos latino-americanos encontradas na literatura pertinente. Focalizando comparativamente os casos da Argentina e do Brasil, o autor mostra as limitações de duas interpretações tradicionais da relação democracia-modernização (orientadas pelo padrão das democracias liberais ocidentais), bem como de uma terceira interpretação, mais atenta às peculiaridades das instituições latino-americanas, porém não de todo apta a compreender fenômenos surpreendentes como a “inesperada afinidade” do populismo com as reformas neoliberais, e sobretudo, que o instrumental populista, por si só, não parece suficiente para substituir a política.

Da breve apresentação precedente, que espero justa, pode-se concluir que este novo volume contribui para consolidar o caráter de útil instrumento de reflexão e pesquisa que nossa revista vem conseguindo.

Prof. Alberto Cupani

Departamento de Filosofia da UFSC
Membro da Comissão Editorial